

Projeto CaSuLO



Entre a Exploração e a Conservação de recursos:
Caminhos para a Sustentabilidade na Lagoa de Óbidos

2ª Reunião colaborativa

Biblioteca Municipal das Caldas da Rainha

23 de abril de 2026

Relatório



Ficha técnica

MARE – Ulisboa: Maria João Correia, Joana Rocha, Paula Chainho, José Lino Costa, Luís Cancela da Fonseca.

MARE - IPL: Teresa Mouga, Susana Ferreira.

CITUR: João Vasconcelos, Sofia Eurico, Mário Carvalho, Fernanda Oliveira.

CM Caldas da Rainha: Carla Sousa Santos.

Enquadramento

O CaSuLO - Entre a Exploração e a Conservação de recursos: Caminhos para a Sustentabilidade na Lagoa de Óbidos, é um projeto que, entre outros objetivos, visa a dinamização da cooperação entre agentes locais e a construção de instrumentos de governança colaborativa na Lagoa de Óbidos. Para este efeito, serão realizadas 6 reuniões colaborativas entre janeiro de 2026 e fevereiro de 2027, cujo objetivo será reunir os vários atores que utilizam a lagoa, abrindo o diálogo entre visões e interesses. Através deste diálogo, pretende-se identificar medidas específicas de ação na lagoa que permitam a coexistência dos vários setores de atividade, em particular a sua conciliação com um habitat de conservação prioritária agora abundante na lagoa, e que, contrariamente à tendência mundial, tem vindo a recuperar de forma autónoma - as pradarias de ervas marinhas.



Participantes

Na **Tabela 1** encontram-se indicados os participantes na segunda reunião do projeto, onde foi continuada a discussão do Plano Estratégico para a Lagoa de Óbidos. Nesta segunda reunião, estiveram representantes do setor administrativo, empresas turísticas, investigação, ONGs e participantes particulares.

Tabela 1 – Lista de participantes presentes durante a segunda reunião do projeto CaSuLO.

Nome	Instituição
António Reis Vidigal	CM Caldas da Rainha
Bruno Pereira	Geoparque Oeste
Carla Santos	Geoparque Oeste
Carla Sousa Santos (Equipa técnica)	CM Caldas da Rainha
Carlos Castro	APA
Christian Degimbe	AALO
Diogo Franco	Cooperativa AMO/Mariscador
Ferdinand Snoy	AALO
Fernanda Oliveira (Equipa técnica)	CITUR
Georges Lebeau	End Plastic
Helena Alves	APA
Joana Rocha (Equipa técnica)	MARE - ULisboa
João Pereira	IPMA
João Vasconcelos (Equipa técnica)	CITUR
José Bettencourt	Cooperativa AMO
José Lino Costa (Equipa técnica)	MARE – ULisboa
Luís Cancela da Fonseca (Equipa técnica)	MARE – ULisboa
Marco Enoch	ICNF
Maria João Correia (Equipa técnica)	MARE - ULisboa
Mário Carvalho (Equipa técnica)	CITUR
Miguel Castro	Intertidal
Paula Chainho (Equipa técnica)	MARE - ULisboa
Paulo Félix	Particular
Samuel Félix	CM Óbidos
Sara Moreira	Associação PATO
Sofia Eurico (Equipa técnica)	CITUR
Susana Ferreira (Equipa técnica)	MARE - IPL
Sylvie Oliveira Dias	Particular
Teresa Alvares	APA
Teresa Mouga (Equipa técnica)	MARE - IPL

Programa

A segunda reunião colaborativa do projeto CaSuLO ocorreu no dia 23 de abril de 2026, na Biblioteca Municipal das Caldas da Rainha, com início às 16h00. Esta reunião foi dedicada à validação do diagnóstico da Lagoa de Óbidos, e à identificação de temas prioritários a abordar no Plano Estratégico. O programa detalhado da reunião pode ser consultado na **Tabela 2**.

Tabela 2 – Programa da segunda reunião do projeto CaSuLO.

Hora	Atividade
16:00 - 16:15	Boas-vindas e revisão da agenda
16:15 - 16:30	Apresentação do diagnóstico proposto pela equipa técnica
16:30 - 17:15	Validação do diagnóstico proposto pela equipa técnica
17:15 - 17:30	Sumula do diagnóstico
17:30 - 17:45	Intervalo
17:45 - 17:50	Apresentação dos temas prioritários e cruzamento com o diagnóstico
17:50 - 18:20	Qualificação dos temas prioritários
18:20 - 18:30	Síntese e próximos passos

Sessão de Abertura

Após a receção dos participantes, a equipa técnica deu as boas-vindas aos participantes e agradeceu a participação de todos presentes (**Figura 1**). De seguida, foi introduzido o programa da reunião, sendo os participantes lembrados acerca do calendário das reuniões colaborativas (**Tabela 3**). Finalmente, resumiu-se o trabalho desenvolvido na primeira reunião colaborativa, realizada em janeiro, na qual foram consolidadas a missão e a visão para o Plano Estratégico.



Figura 2 – Boas-vindas dos participantes à segunda reunião do projeto CaSuLO.

Tabela 3 – Datas e objetivos das reuniões colaborativas do projeto CaSuLO.

Reunião	Data	Objetivo
1ª	29 Jan 2026	Definir Missão e Visão
2ª	23 Abril 2026	Validar diagnóstico/Temas prioritários
3ª	23 Jul 2026	Discussão de possibilidades com especialistas
4ª	24 Set 2026	Temas prioritários/objetivos Plano
5ª	29 Out 2026	Discussão colaborativa de ações
6ª	25 Fev 2027	Validação final do Plano Estratégico

Diagnóstico da Lagoa de Óbidos

Num primeiro momento foram apresentados os resultados da consulta pública ao diagnóstico da Lagoa de Óbidos proposto pela equipa técnica (**Anexo I**), no qual se identificam as forças, fraquezas, oportunidades e ameaças existentes na Lagoa de Óbidos. A proposta foi divulgada a todos os participantes na 1ª reunião, a outras partes interessadas, e ao público em geral (disponível no website do Centro de Interpretação da Lagoa de Óbidos – www.cilo.pt), a quem foi solicitado que ordenassem por prioridade todos os fatores/tópicos, internos (Forças e Fraquezas) e externos (Oportunidades e Ameaças), do diagnóstico, utilizando o formulário disponibilizado. Participaram na consulta pública um total de 17 pessoas (**Figura 2**).

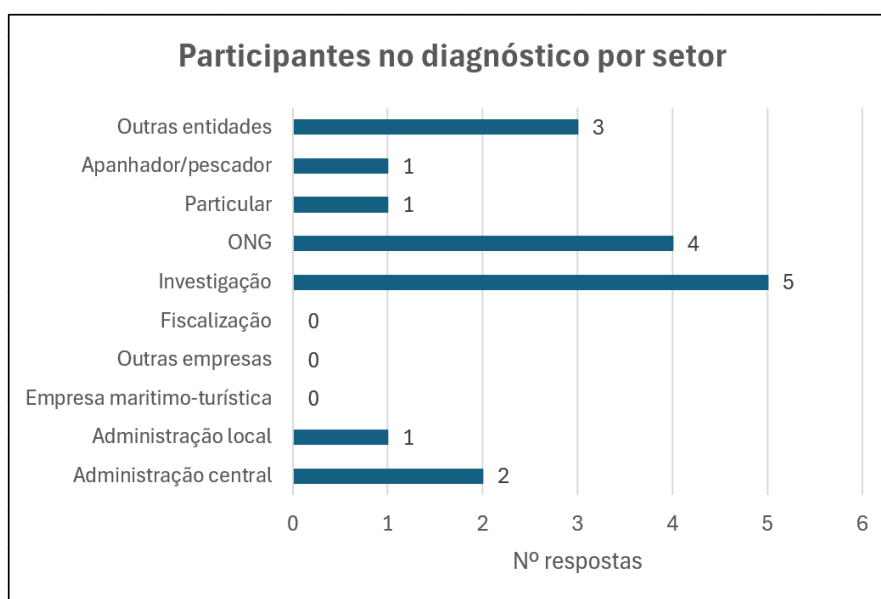


Figura 2 – Número de respostas ao formulário de priorização dos fatores/tópicos do diagnóstico da Lagoa de Óbidos, disponibilizado para consulta pública.

Foram apresentados os resultados de priorização de alguns fatores/tópicos de forma a ilustrar a dispersão de opiniões sobre as prioridades na lagoa de Óbidos. O reduzido número de respostas, e a dispersão de opiniões, levaram a equipa técnica a integrar um período de discussão mais alargado na 2ª reunião, de forma a aprofundar a reflexão sobre o diagnóstico, e proporcionar o debate entre os diferentes pontos de vista dos atores. Na receção da reunião foi entregue aos participantes o diagnóstico para se familiarizarem e ordenarem individualmente os tópicos, tendo-se posteriormente organizados os participantes em grupos mistos, ou seja, com diversidade de atores, para em conjunto, e de forma consensual, ordenarem os fatores/tópicos. A cada grupo foi solicitada a ordenação de apenas um quadrante do diagnóstico (Forças, Fraquezas, Oportunidades ou ameaças), colocando por ordem de importância os 5 aspetos mais prioritários (**Figura 3**).



Figura 3 – Trabalho de grupo para a priorização dos tópicos do diagnóstico da Lagoa de Óbidos.

O resultado da discussão foi apresentado em plenário (**Figura 4 e Tabela 4**), quando se explicaram os argumentos e critérios adotados por cada grupo. A ordenação será objeto de análise posterior pela equipa técnica, complementado pelas opiniões individuais, e permitirá orientar a discussão sobre os temas prioritários de intervenção do Plano Estratégico. De forma resumida os grupos referiram que:

Forças - Grupo composto por dois membros da administração, dois investigadores e um representante de uma ONG. Os participantes, face a dificuldade na escolha de tópicos prioritários, optaram por criar subtópicos, com base em temas gerais em que se enquadram. Foram consideradas forças relevantes a capacidade de regulação climática da lagoa e o seu elevado valor paisagístico. O facto de ser a maior lagoa costeira portuguesa foi visto como um benefício, numa perspetiva de obtenção de financiamento. O grupo optou por utilizar como critério de ordenação as características naturais da lagoa, tendo considerado as forças relacionadas com a gestão da lagoa menos prioritárias, embora não as consideraram menos relevantes.

Fraquezas - Grupo composto por dois membros de ONGs, dois membros da administração e um investigador. O grupo adotou uma estratégia de trabalho diferente, organizando os tópicos por tema, e, ao invés de priorizar tópicos, priorizou temas. Identificaram 5 temas os quais foram priorizados da seguinte forma: governança, dinâmica sedimentar, qualidade da água, monitorização e fiscalização. O grupo considerou que a boa governação exige menos fiscalização, justificando desta forma a ordenação deste tópico em último.

Oportunidades - Grupo composto por três investigadores, um membro da comunidade pesqueira, um membro do setor administrativo e um membro de uma organização não governamental. Tal como no grupo de trabalho anterior, foi observada uma divisão das oportunidades em temas principais. As oportunidades de financiamento foram consideradas as mais relevantes, por potenciarem a ação regular necessária para a manutenção e melhoria da lagoa. A construção e melhoria das ETARs são uma

oportunidade também prioritária, dada a importância da qualidade da água para todas as atividades relacionadas na lagoa. A colaboração entre municípios foi vista como benéfica, pois permite a gestão de ambas as margens da lagoa de forma integrada e consistente. Por fim, o potencial da lagoa para as atividades económicas de baixo impacto foi enfatizado, por ter potencial para valorizar a lagoa.

Ameaças - Grupo composto por dois membros da administração, dois representantes de ONGs, um representante de uma empresa turística e um participante particular. A falta de prioridade financeira dada à lagoa foi um tópico de ampla discussão, em particular na perspetiva da fiscalização das atividades marítimo-turísticas que ocorrem na lagoa. A falta de sinalização dentro da lagoa também foi assinalada e considerada a causa para a ocorrência de atividades marítimo-turísticas em zonas desadequadas. A incapacidade de diálogo foi considerada a maior ameaça, já que a comunicação é essencial para a implementação de modelos alternativos de gestão da lagoa (e.g. cogestão), perante a incapacidade do governo para financiar todas as iniciativas necessárias na lagoa. A falta de comunicação foi associada à desconfiança da população em relação ao envolvimento da comunidade científica e entidades externas na gestão da lagoa, considerando-a assim uma das principais ameaças. A gentrificação e o turismo de massas não foram considerados ameaças muito relevantes, considerando-se que o maior problema é o turismo de predação. Contudo, considerou-se uma ameaça relevante a aceleração de processos de transformação da paisagem. A apanha lúdica de bivalves e a crescente presença de espécies invasoras foram também consideradas ameaças relevantes.



Figura 4 – Apresentação dos resultados do exercício de ordenação dos tópicos do diagnóstico.

Tabela 4 – Resultado do exercício de ordenação dos tópicos do diagnóstico da lagoa de Óbidos

FORÇAS 1. Elevada biodiversidade, interesse biológico e ecológico (e.g. maternidade de inúmeras espécies); 1b. Classificação como sítio RAMSAR, reforçando o acesso a financiamento, cooperação científica e promoção do turismo da natureza; 1c. Aumento da área de pradarias marinhas (fixação do carbono); 2. Elevado valor dos serviços de regulação (proteção de cheias e tempestades, retenção de nutrientes e carbono, regulação climática); 3. Valor paisagístico e elevada qualidade ambiental, com infraestruturas para fruição (e.g. observatórios de aves), promovendo o bem-estar de residentes e visitantes; 4. Maior lagoa costeira portuguesa; 5. Forte identidade cultural ligada a tradições pesqueiras e práticas comunitárias; 6. Monitorização de parâmetros físico-químicos e das populações de bivalves, que garantem informação ambiental atualizada; 7. Regulamento de gestão da Lagoa de Óbidos define regras para o plano de água e margens; 8. Conversas regulares (diálogo) já estabelecidas entre os principais interessados/envolvidos; 8b. Associações cívicas (associação de pescadores, ONGs) e outros agentes/stakeholders ativos e com motivação para colaborar; 9. Centro de Interpretação ativo, que promove educação ambiental e ligação comunidade-natureza; 10. Características ideais para vários desportos náuticos sem motor;	OPORTUNIDADES 1. Consolidação e expansão das oportunidades de financiamento nacional e europeu para conservação, gestão costeira e economia azul sustentável; 2. Criação de infraestruturas (e.g. ETARs) para manter ou melhorar a qualidade de água da lagoa; 3. Colaboração entre municípios relativamente à necessidade de intervir no território; 4. Crescente interesse social e científico pela participação dos cidadãos e pela gestão partilhada; 4a. Gestão conjunta com participação das pessoas e envolvimento da comunidade; 5. Valorização económica e inovação dos recursos locais da Lagoa em termos gastronómicos e de saúde e bem-estar; 5b. Diversificação de atividades económicas (aquacultura, bioeconomia, economia circular), de baixo impacto, compatíveis com restauro ecológico e geradoras de emprego qualificado; 5c. Potencial para turismo da natureza (e.g. observação de aves, percursos interpretativos, turismo científico e educação ambiental); 6. Existência de programa governamental "Floresta Azul", para preservação das pradarias de ervas marinhas da Lagoa (eventual fusão com 1.); 7. Tendências da sociedade para valorizar as questões da sustentabilidade dos territórios (eventual fusão com 4.);
FRAQUEZAS 1. Governação - Gestão da lagoa fragmentada entre diversas entidades e falta de articulação entre entidades; - Inexistência de uma comissão permanente que assegure coordenação institucional e - representação plena de interesses; - Lentidão na intervenção das autoridades competentes; - Conflitos entre conservação e usos da lagoa (pesca, conservação das ervas marinhas, recreio); - Aumento das áreas de pradarias marinhas causa impactos negativos nas atividades dos mariscadores; 2. Dinâmica sedimentar - A tendência natural da lagoa para assorear e a dinâmica da "aberta" causam risco para as atividades económicas, pessoas e bens; - Diminuição do escoamento de água doce após o fecho da Barragem do Arnóia; - Intervenções de desassoreamento e prevenção de risco costeiro dispendiosas, reativas e não preventivas; 3. Qualidade de água - Tendência de eutrofização (excesso de nutrientes e algas/plantas aquáticas); - Estações elevatórias e ETARs antigas e subdimensionadas; - Proibição frequente da atividade de mariscagem; - Descargas de efluentes e poluição difusa agrícola comprometem a qualidade ambiental e a saúde pública; 4. Monitorização - Falta de dados socioeconómicos e de biodiversidade, de qualidade e atualizados; 5. Fiscalização - Pesca e atividades marítimo-turísticas ilegais; - Fiscalização insuficiente para as diferentes atividades na lagoa;	AMEAÇAS 1. Incapacidade de diálogo entre atores relevantes em função do aumento de posições extremas; 2. Falhas na implementação prática do regulamento de gestão, reduzindo eficácia das normas; 3. Desconfiança da população em relação ao envolvimento da comunidade científica e entidades externas na gestão da lagoa; 4. Aceleração dos processos de transformação da paisagem e usos do solo na bacia hidrográfica; 5. Apanha lúdica de bivalves sem controlo; 6. Crescente pressão de espécies invasoras na lagoa que afetam o equilíbrio ecológico; 7. Falta de prioridade financeira do governo na manutenção da lagoa; 8. Impacto do aumento da salinidade por alterações hidrológicas e climáticas; 9. Risco de mudanças nas lideranças que quebram a confiança e dificultam o diálogo; 10. Intensificação dos eventos climáticos extremos (tempestades, chuvas intensas, secas, sismos, tsunamis, ondas de calor e subida do nível do mar), agravando vulnerabilidades naturais da lagoa; 11. Gentrificação (substituição de população residente permanente por temporária) e perda de identidade cultural devido ao turismo de massas; 12. Mudanças geopolíticas globais afetam prioridades locais;

Qualificação dos temas/áreas de intervenção do Plano Estratégico

Após um breve intervalo foi introduzido o segundo exercício de discussão da reunião, que consistiu na qualificação dos potenciais temas/áreas de intervenção do Plano Estratégico. A definição dos temas de intervenção partiu dos principais tópicos emergentes do diagnóstico, tendo a sua análise e discussão sido realizada com os participantes segundo dois critérios centrais: o impacto potencial e a dificuldade de implementação. Pretende-se que o processo de qualificação realizado pelos participantes contribua para hierarquizar as áreas de intervenção e orientar a formulação dos objetivos do plano estratégico. Foram considerados como ponto de partida os temas prioritários identificados em projetos anteriores, nomeadamente o projeto Co-Pesca promovido pela WWF, o qual se centrou na gestão de recursos pesqueiros. Aos temas identificados no Co-Pesca foram acrescentados outros, dado o carácter mais global do plano estratégico em construção, ou fundidos (CILO e Infraestruturas para a comunidade pesqueira foram incluídos em Comunidade e Pesca). Foram assim apresentados 12 temas/áreas potenciais a considerar no plano estratégico:

- Assoreamento
- Pesca
- Turismo
- Fiscalização
- Monitorização
- Cultura
- Espécies invasoras
- Ecossistema/Conservação
- Financiamento
- Regulamentação
- Comunidade
- Governação

cujas classificações relativamente ao impacto e dificuldade de implementação de ações foi discutida pelos grupos (Figura 5).



Figura 5 – Qualificação dos temas prioritários pelos grupos de trabalho.

Foram disponibilizados a cada grupo instrumentos de facilitação da reflexão, nomeadamente a **Tabela 5**, de cruzamento entre os temas e os tópicos do diagnóstico, grelhas de dificuldade/impacto para cada tema (**Figura 6**), e círculos coloridos para identificação dos diferentes atores, tendo sido solicitado que no final apresentassem a qualificação média do seu grupo numa grelha global.

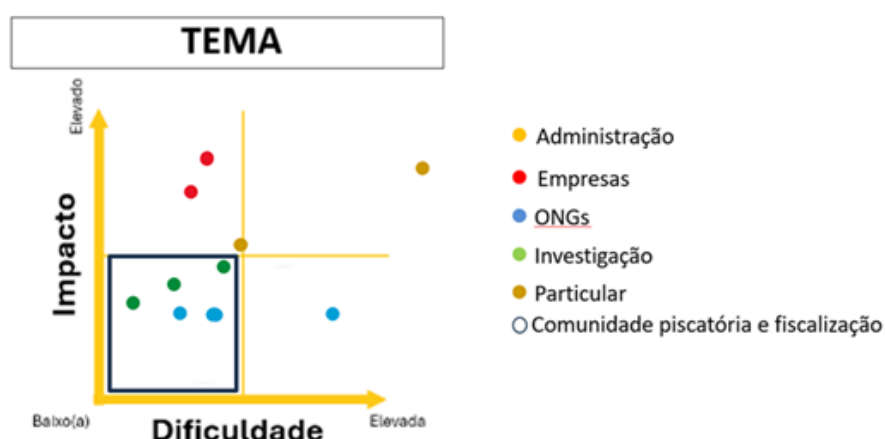


Figura 6 – Grelha de qualificação Impacto/Dificuldade utilizada, exemplificando a sua utilização. Cada círculo representa a opinião de um indivíduo no grupo, e o quadrado a negro assinala o quadrante que expressa a classificação média do grupo.

A qualificação dos temas/áreas de intervenção em cada grupo pode ser consultada no **Anexo II** (grelhas Impacto/Dificuldade e tabela sumário por ator), apresentando-se na **Figura 7** os resultados globais da qualificação.

Os temas do Assoreamento e Ecossistema/Conservação foram os que reuniram opiniões mais consensuais entre todos os grupos, e entre os diferentes atores, sendo qualificados ambos como de elevado impacto e elevada dificuldade. A integração no Plano Estratégico de ações nestas áreas, articulando oportunidades e forças com o objetivo de reduzir fraquezas e responder a ameaças, é considerado essencial, por serem temas estruturantes que afetam todos os usos da lagoa. Contudo, devido à sua complexidade, quer por razões financeiras, quer por falta de estudos atualizados, integram ações consideradas de elevada dificuldade de implementação. A Fiscalização e as Espécies Invasoras são também genericamente classificadas como de elevado impacto e elevada dificuldade, embora não reunindo total consenso dentro dos grupos. Relativamente às Espécies Invasoras, alguns participantes consideraram que o custo-benefício não justifica intervenções de erradicação, dada a sua fraca eficácia, enquanto a Fiscalização foi considerada por outros como um problema de “fim de linha”.

Entre os restantes temas discutidos, a maioria foram considerados como tendo elevado impacto na gestão da lagoa, exceto o tema Regulamentação e Cultura, os únicos classificados por alguns grupos como sendo de baixo impacto. Em relação à dificuldade de resolução de problemas, as opiniões variam entre baixa e elevada dificuldade em temas como a Governação, a Pesca, a Comunidade, o Financiamento, a Monitorização e o Turismo, e são consensuais em áreas como a Cultura e a Regulamentação, consideradas de fácil abordagem.

A divergência de opiniões entre grupos surgiu muitas vezes na sequência da discussão/reflexão/debate interno promovido pelos grupos. Um dos exemplos é a divergência de opinião relativamente à Fiscalização, que foi considerada por um dos grupos de médio impacto e média dificuldade, na sequência do consenso já alcançado de que os problemas de fiscalização serão menos impactantes/difíceis quando existir uma governação adequada da lagoa. Os restantes grupos discutiram maioritariamente as limitações logísticas da fiscalização, que dificultam a mitigação de muitas das ameaças e fraquezas na lagoa, tendo surgido o exemplo da implementação de um posto de fiscalização na Foz do Arelho, uma medida considerada de elevado impacto, mas de difícil execução.

A dispersão de opiniões esteve em alguns temas associada à tipologia de ator, como foi o caso de tema da Governação, em que todos consideram o tema como sendo de elevado impacto, contudo a opinião quanto à dificuldade de resolução dos problemas de Governação foi bastante diversa. A maioria dos investigadores considerou um tema de baixa dificuldade, enquanto a maioria dos representantes da administração e das ONGs considerou o oposto, um tema de elevada dificuldade. Foi referido que a abrangência do tema, relacionado com a maioria dos tópicos do diagnóstico, torna difícil a sua qualificação, já que depende do tópico em causa, o que parece justificar tal sectorização de opiniões. Resultados idênticos foram obtidos na discussão sobre o tema Comunidade, globalmente classificado como de elevado impacto, tendo-se referido que a dificuldade de abordagem depende da capacidade de criar momentos de diálogo e discussão, onde estejam representados os vários atores. A dificuldade de implementação de medidas nesta área dependerá de como se utilizam as forças e oportunidades encontradas na comunidade para mitigar as ameaças e fraquezas, o que poderá ser assegurado através do diálogo.

Registou-se também falta de consenso sobre o impacto de intervenções na Regulamentação, embora seja um tema considerado por todos de baixa dificuldade. A diversidade de perceções resultou do ceticismo de alguns participantes sobre a fiscalização dos regulamentos. A falta de investimento em fiscalização e noutros fatores relevantes para a governação da lagoa, pode resultar no baixo impacto de nova regulamentação. Para além disso, é um tema diverso, o que dificulta a sua qualificação, embora a maioria dos investigadores o tenha considerado como um tema de baixo

impacto, ao contrário dos representantes do setor administrativo, que indicaram maioritariamente ser um tema de elevado impacto.

A falta de consenso relativamente à dificuldade do tema Financiamento parece associada à divergência de opinião sobre as prioridades relativamente ao investimento na lagoa, pelo que se torna fundamental que o Plano Estratégico defina as prioridades de intervenção.

A Pesca e o Turismo foram os temas com maior diversidade de opiniões, não se observando nenhuma tendência por sector, sendo por isso os dois temas em que a dificuldade de qualificação parece mais evidente, provavelmente por serem temas muito dependentes de outros, como a fiscalização ou a governação. Foi inclusive discutido no seio dos grupos que a dificuldade de contemplar ações nestas áreas depende da disponibilidade das entidades para cooperar e intervir. Foi realçado que a Pesca, em particular, é um dos temas com várias fraquezas identificadas no diagnóstico. O Turismo foi considerado genericamente como um dos valores importantes na lagoa, e consequentemente de elevado impacto, podendo constituir-se como um incentivo às autoridades para a manutenção das margens e monitorização da qualidade de água.

De uma maneira geral os grupos consideraram a Monitorização um tema de baixa dificuldade de implementação e elevado impacto. Tendo presente a grande dificuldade financeira em colmatar os problemas relacionados com efluentes, a monitorização foi considerada uma alternativa de fácil resolução, desde que sejam criadas condições e disponibilizado o financiamento adequado.

Tabela 4 – Cruzamento entre os tópicos do diagnóstico da lagoa de Óbidos e os temas/áreas de intervenção do Plano Estratégico. Assinalam-se a verde os temas prioritários identificados no projeto Co-Pesca, e a laranja os 5 tópicos do diagnóstico sobre a lagoa de Óbidos, identificados na consulta pública como mais importantes.

	Assoreamento	Infraestruturas pesca	Fiscalização	Pesca	ENIA/Eutrofização	Monitorização	CILO	Turismo	Ecosistema/Conservação	Governança	Financiamento	Comunidade	Regulamentação	Cultura	Economia local
FORÇAS															
1. Elevada biodiversidade, interesse biológico e ecológico (e.g. maternidade de inúmeras espécies)									x						
2. Elevado valor dos serviços de regulação (proteção de cheias e tempestades, retenção de nutrientes e carbono, regulação climática)									x						
3. Aumento da área de pradarias marinhas (fixação do carbono)									x						
4. Monitorização de parâmetros físico-químicos e das populações de bivalves, que garantem informação ambiental atualizada						x									
5. Classificação como sítio RAMSAR, reforçando o acesso a financiamento, cooperação científica e promoção do turismo da natureza									x						
6. Associações cívicas (associação de pescadores, ONGs) e outros agentes/stakeholders ativos e com motivação para colaborar										x		x			
7. Valor paisagístico e elevada qualidade ambiental, com infraestruturas para fruição (e.g. observatórios de aves), promovendo o bem-estar de residentes e visitantes								x	x						
8. Centro de Interpretação ativo, que promove educação ambiental e ligação comunidade-natureza							x			x					
9. Maior lagoa costeira portuguesa				x				x							x
10. Forte identidade cultural ligada a tradições pesqueiras e práticas comunitárias								x						x	
11. Conversas regulares (diálogo) já estabelecidas entre os principais interessados/envidados										x		x	x		
12. Regulamento de gestão da Lagoa de Óbidos define regras para o plano de água e margens										x		x	x		
13. Características ideais para vários desportos náuticos sem motor								x							
FRAQUEZAS															
1. Descargas de efluentes e poluição difusa agrícola comprometem a qualidade ambiental e a saúde pública						x			x						
2. Pesca e atividades marítimo-turísticas ilegais			x	x				x							
3. Diminuição do escoamento de água doce após o fecho da Barragem do Arnóia	x					x									
4. Estações elevatórias e ETARs antigas e subdimensionadas						x			x						
5. A tendência natural da lagoa para assorear e a dinâmica da "aberta" causam risco para as atividades económicas, pessoas e bens	x														
6. Conflitos entre conservação e usos da lagoa (pesca, conservação das ervas marinhas, recreio)									x	x		x	x		
7. Fiscalização insuficiente para as diferentes atividades na lagoa			x												
8. Intervenções de desassoreamento e prevenção de risco costeiro dispendiosas, reativas e não preventivas	x														
9. Tendência de eutrofização (excesso de nutrientes e algas/plantas aquáticas)									x						
10. Falta de dados socioeconómicos e de biodiversidade, com qualidade e atualizados						x									
11. Proibição frequente da atividade de mariscagem				x		x									
12. Gestão da lagoa fragmentada entre diversas entidades e falta de articulação entre entidades										x		x			
13. Lentidão na intervenção das autoridades competentes										x	x	x	x		
14. Inexistência de uma comissão permanente que assegure coordenação institucional e representação plena de interesses										x		x			
15. Aumento das áreas de pradarias marinhas causa impactos negativos nas atividades dos mariscadores				x						x			x		x
OPORTUNIDADES															
1. Consolidação e expansão das oportunidades de financiamento nacional e europeu para conservação, gestão costeira e economia azul sustentável										x	x				
2. Crescente interesse social e científico pela participação dos cidadãos e pela gestão partilhada										x				x	
3. Existência de programa governamental "Floresta Azul", para preservação das pradarias de ervas marinhas da Lagoa									x	x	x			x	
4. Tendências da sociedade para valorizar as questões da sustentabilidade dos territórios	x	x	x	x		x		x	x	x			x	x	
5. Colaboração entre municípios relativamente à necessidade de intervir no território										x			x		
6. Diversificação de atividades económicas (aquicultura, bioeconomia, economia circular), de baixo impacto, compatíveis com restauro ecológico e geradoras de emprego qualificado															x
7. Gestão conjunta com participação das pessoas e envolvimento da comunidade										x		x			
8. Valorização económica e inovação dos recursos locais da Lagoa em termos gastronómicos e de saúde e bem-estar								x							x
9. Potencial para turismo da natureza (e.g. observação de aves, percursos interpretativos, turismo científico e educação ambiental)															
10. Criação de infraestruturas (e.g. ETARs) para manter ou melhorar a qualidade de água da lagoa						x			x						
AMEAÇAS															
1. Falta de prioridade financeira do governo na manutenção da lagoa										x	x				
2. Falhas na implementação prática do regulamento de gestão, reduzindo eficácia das normas										x			x		
3. Incapacidade de diálogo entre atores relevantes em função do aumento de posições extremas										x		x			
4. Crescente pressão de espécies invasoras na lagoa que afetam o equilíbrio ecológico					x				x						
5. Desconfiança da população em relação ao envolvimento da comunidade científica e entidades externas na gestão da lagoa										x		x			
6. Impacto do aumento da salinidade por alterações hidrologicas e climáticas									x						
7. Risco de mudanças nas lideranças que quebram a confiança e dificultam o diálogo															
8. Apanha lúdica de bivalves sem controlo				x					x				x		x
9. Intensificação dos eventos climáticos extremos (tempestades, chuvas intensas, secas, sismos, tsunamis, ondas de calor e subida do nível do mar), agravando vulnerabilidades naturais da lagoa									x						
10. Aceleração dos processos de transformação da paisagem e usos do solo na bacia hidrográfica									x						
11. Gentrificação (substituição de população residente permanente por temporária) e perda de identidade cultural devido ao turismo de massas								x						x	x
12. Mudanças geopolíticas globais afetam prioridades locais						x				x	x		x		x

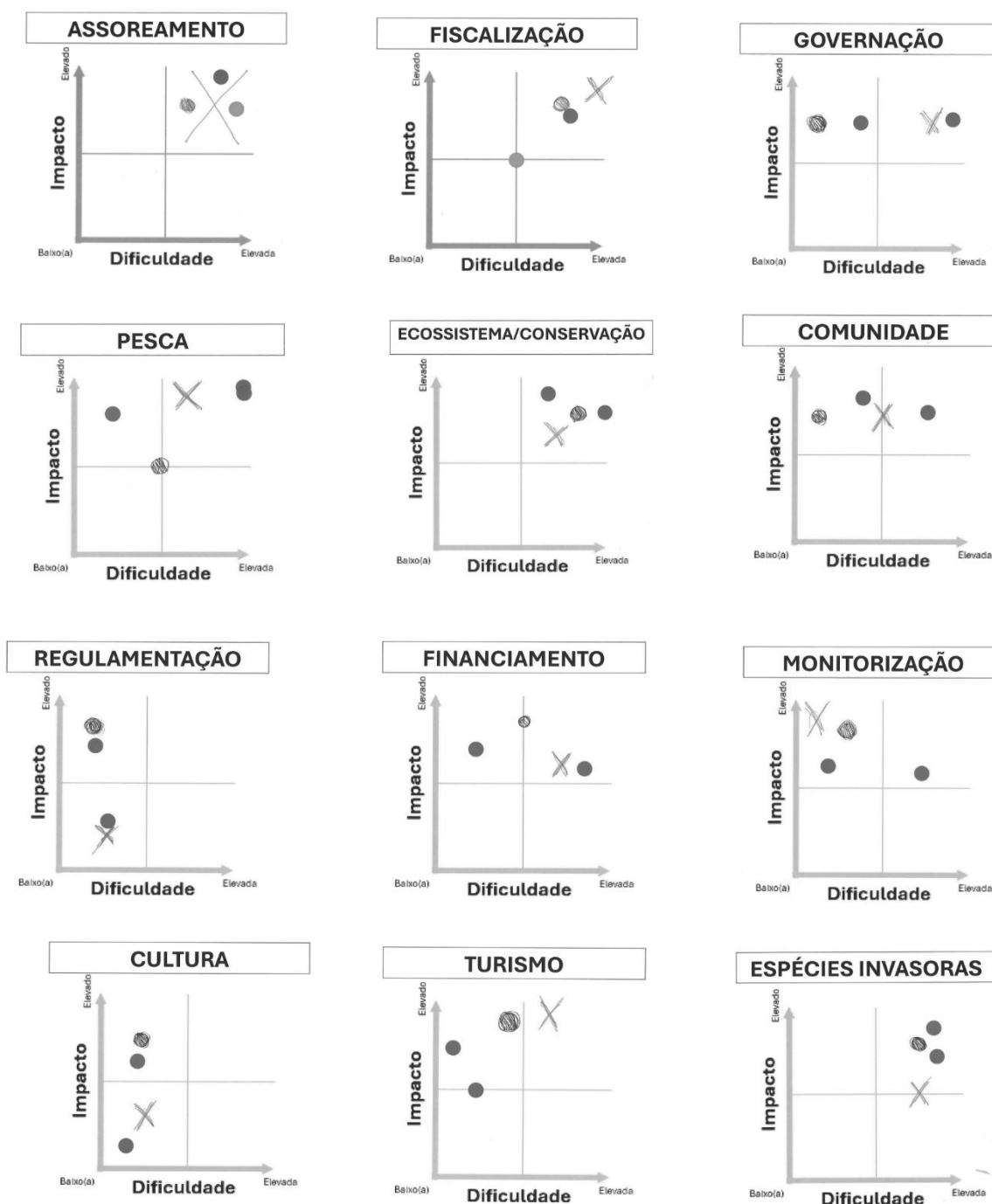


Figura 7 – Qualificação global dos diferentes temas/áreas de intervenção do Plano Estratégico pelos 4 grupos de trabalho, na grelha de impacto/dificuldade.

Fecho da Sessão – Próximos passos

No final da reunião foram explicados os próximos passos, nomeadamente a eventual organização da próxima reunião num formato diferente, com a consulta a especialistas sobre temas de elevado impacto na lagoa de Óbidos. Os participantes referiram que há temas muito vagos, que incluem uma variedade ampla e tópicos (e.g tema ecossistema/conservação). Foi realçada a importância da definição dos critérios de escolha dos temas a ser objeto de identificação de ações no Plano Estratégico, devendo prevenir-se a exclusão de tópicos que, por estarem incluídos num tema considerado pouco prioritário ou percecionado como sendo de difícil solução, se estes forem considerados critérios de exclusão, embora tenham soluções fáceis. Foi ainda referido que a inclusão no Plano de ações isoladas pode ser contraproduativa, quando existem outras que podem contribuir para solucionar vários tópicos pertinentes na lagoa.

Houve uma breve discussão acerca da necessidade de adaptação dos métodos de participação a diferentes públicos. Em particular, foi notada a reduzida representação da comunidade piscatória na reunião. A equipa técnica informou que foram contactados vários representantes, e que estão a decorrer entrevistas individuais a membros da comunidade paralelamente às reuniões, de modo a recolher as opiniões deste setor. Contudo, concordou que irão ser discutidos diferentes métodos que promovam a presença da comunidade piscatória, para que este setor esteja presente durante o processo co-construção do Plano Estratégico.

Finalmente, foi lembrado pela equipa técnica aos participantes a importância de iniciar a reflexão sobre o pós-CaSuLO. Realçou-se a responsabilidade partilhada dos parceiros/participantes no processo de co-construção do Plano Estratégico para a Sustentabilidade da lagoa de Óbidos, de criar mecanismos que assegurem a execução do Plano, contrariando os receios partilhados na 1ª reunião, a criação de um *Plano no Papel*. Foram mencionadas entidades supra-municipais, nomeadamente a Comunidade Intermunicipal do Oeste, que poderá ter um papel relevante na monitorização da execução do Plano Estratégico, ou como entidade promotora, de forma a evitar ciclos eleitorais que possam vir a por em causa a continuidade da *Task Force* criada, e a implementação do Plano Estratégico.

Considerações finais

A maioria dos participantes na 2ª reunião do projeto CaSuLO, de construção conjunta do Plano Estratégico para a Sustentabilidade da lagoa de Óbidos, pertenceram à administração, investigação e ONGs, estando a comunidade de pescadores e empresas (turísticas ou da pesca) sub-representadas. A equipa técnica procurará colmatar esta sub-representatividade em ocasiões futuras, de forma a alargar as discussões entre as diferentes perspetivas sobre a lagoa.

A discussão sobre o diagnóstico e qualificação dos diferentes temas revelou que há preocupações comuns entre atores, como a preservação do ecossistema, a dinâmica sedimentar da lagoa e a comunicação entre entidades para a definição de prioridades para a governação da Lagoa de Óbidos. Os participantes consideraram, em geral, a maioria dos temas de elevado impacto para o futuro sustentável da lagoa de Óbidos, podendo este vir a ser um dos critérios para a sua inclusão/exclusão no Plano Estratégico. A discussão demonstrou que os participantes têm em consideração a complexidade da situação atual da lagoa, indicando regularmente que os temas em questão se sobrepõem e, em certos casos, precisam de ser abordados simultaneamente. Neste sentido, foi dado grande valor à cooperação entre setores e à colaboração entre entidades, para ser possível abordar de forma integrada os temas importantes para a sustentabilidade da lagoa de Óbidos.

Anexos

Anexo I – Resultado da Consulta Pública de ordenação de prioridades no Diagnóstico da Lagoa de Óbidos

FORÇAS DA LAGOA DE ÓBIDOS:

1. Elevada biodiversidade, interesse biológico e ecológico (e.g. maternidade de inúmeras espécies);
2. Elevado valor dos serviços de regulação (proteção de cheias e tempestades, retenção de nutrientes e carbono, regulação climática);
3. Monitorização de parâmetros físico-químicos e das populações de bivalves, que garantem informação ambiental atualizada;
4. Aumento da área de pradarias marinhas (fixação do carbono);
5. Classificação como sítio RAMSAR, reforçando o acesso a financiamento, cooperação científica e promoção do turismo da natureza;
6. Associações cívicas (associação de pescadores, ONGs) e outros agentes/stakeholders ativos e com motivação para colaborar;
7. Valor paisagístico e elevada qualidade ambiental, com infraestruturas para fruição (e.g. observatórios de aves), promovendo o bem-estar de residentes e visitantes;
8. Centro de Interpretação ativo, que promove educação ambiental e ligação comunidade-natureza;
9. Maior lagoa costeira portuguesa;
10. Forte identidade cultural ligada a tradições pesqueiras e práticas comunitárias;
11. Conversas regulares (diálogo) já estabelecidas entre os principais interessados/envidados;
12. Regulamento de gestão da Lagoa de Óbidos define regras para o plano de água e margens;
13. Características ideais para vários desportos náuticos sem motor;

FRAQUEZAS DA LAGOA DE ÓBIDOS:

1. Descargas de efluentes e poluição difusa agrícola comprometem a qualidade ambiental e a saúde pública;
2. Pesca e atividades marítimo-turísticas ilegais;
3. Diminuição do escoamento de água doce após o fecho da Barragem do Arnóia;
4. Estações elevatórias e ETARs antigas e subdimensionadas;
5. A tendência natural da lagoa para assorear e a dinâmica da "aberta" causam risco para as atividades económicas, pessoas e bens;
6. Conflitos entre conservação e usos da lagoa (pesca, conservação das ervas marinhas, recreio);
7. Fiscalização insuficiente para as diferentes atividades na lagoa;
8. Intervenções de desassoreamento e prevenção de risco costeiro dispendiosas, reativas e não preventivas;
9. Tendência de eutrofização (excesso de nutrientes e algas/plantas aquáticas);

10. Falta de dados socioeconómicos e de biodiversidade, com de qualidade e atualizados;
11. Proibição frequente da atividade de mariscagem;
12. Gestão da lagoa fragmentada entre diversas entidades e falta de articulação entre entidades;
13. Lentidão na intervenção das autoridades competentes;
14. Inexistência de uma comissão permanente que assegure coordenação institucional e representação plena de interesses;
15. Aumento das áreas de pradarias marinhas causa impactos negativos nas atividades dos mariscadores;

OPORTUNIDADES DA LAGOA DE ÓBIDOS:

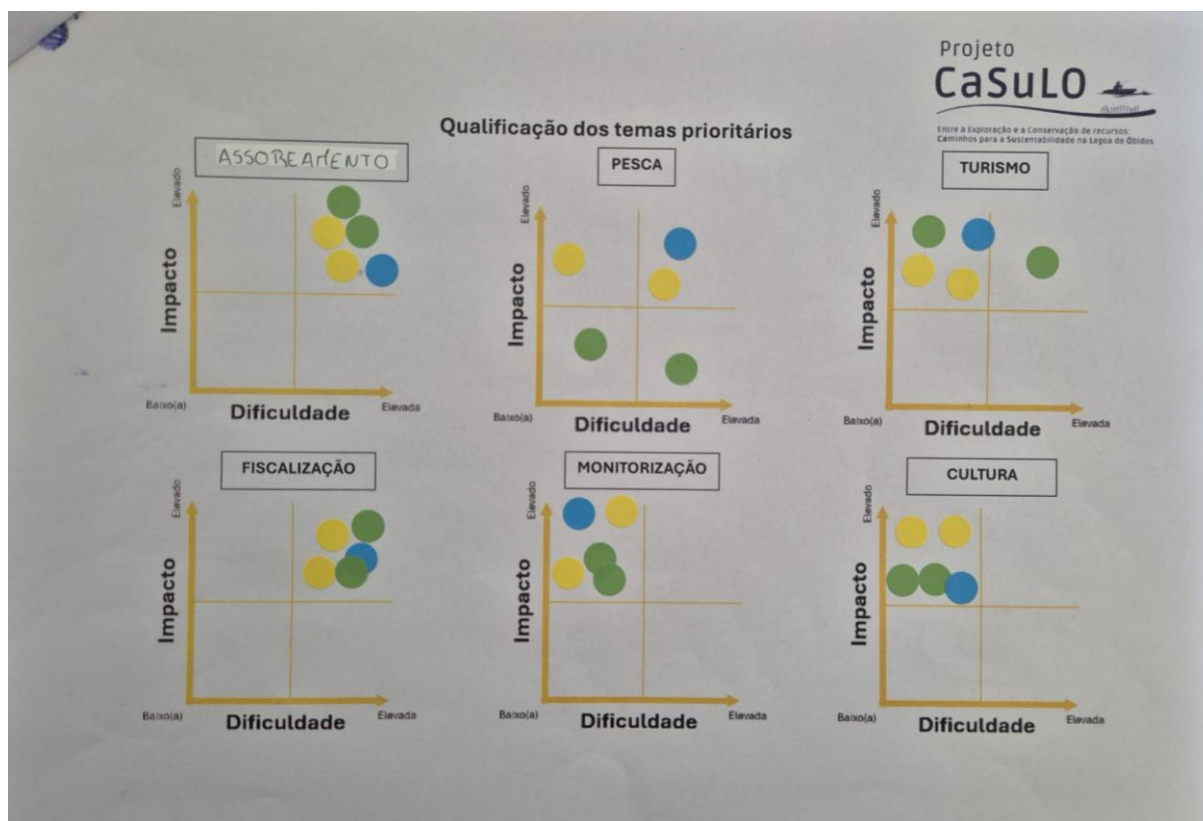
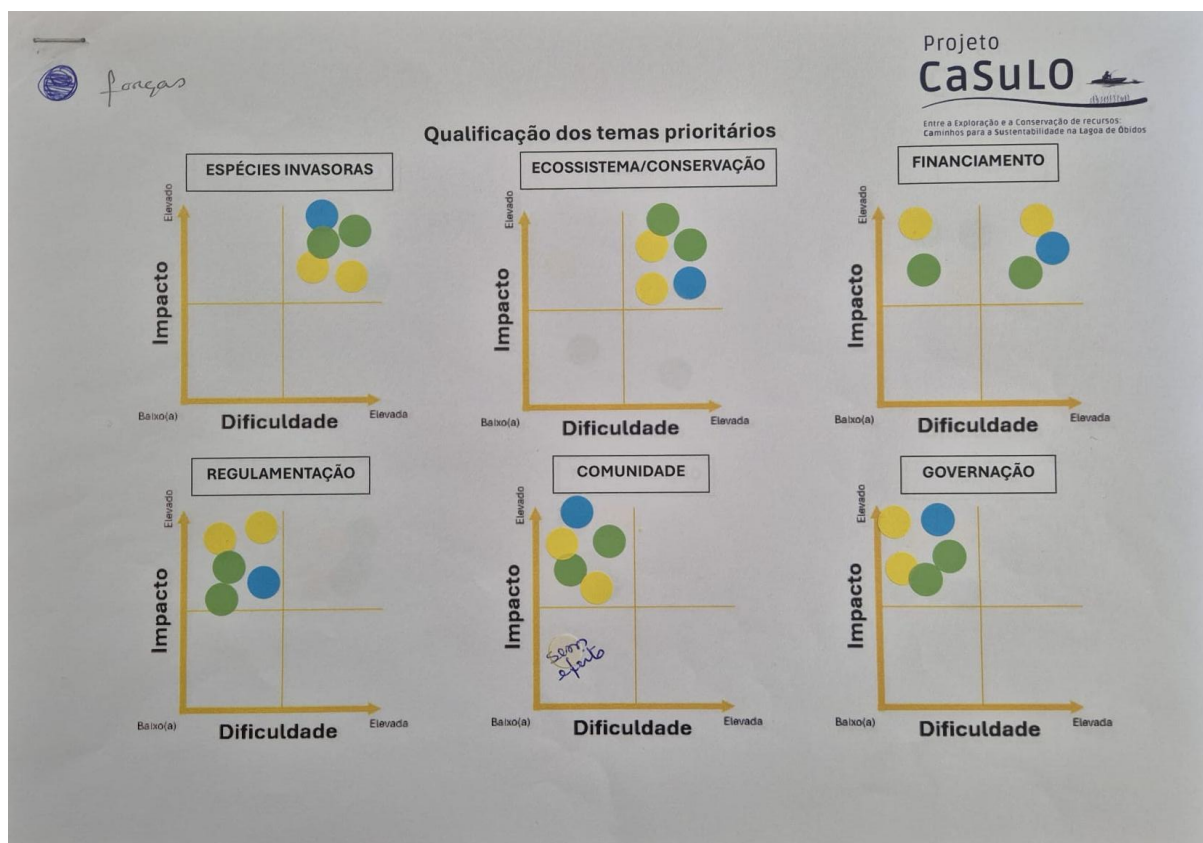
1. Consolidação e expansão das oportunidades de financiamento nacional e europeu para conservação, gestão costeira e economia azul sustentável;
2. Crescente interesse social e científico pela participação dos cidadãos e pela gestão partilhada;
3. Existência de programa governamental "Floresta Azul", para preservação das pradarias de ervas marinhas da Lagoa;
4. Tendências da sociedade para valorizar as questões da sustentabilidade dos territórios;
5. Colaboração entre municípios relativamente à necessidade de intervir no território;
6. Diversificação de atividades económicas (aquacultura, bioeconomia, economia circular), de baixo impacto, compatíveis com restauro ecológico e geradoras de emprego qualificado;
7. Gestão conjunta com participação das pessoas e envolvimento da comunidade;
8. Valorização económica e inovação dos recursos locais da Lagoa em termos gastronómicos e de saúde e bem-estar;
9. Potencial para turismo da natureza (e.g observação de aves, percursos interpretativos, turismo científico e educação ambiental);
10. Criação de infraestruturas (e.g. ETARs) para manter ou melhorar a qualidade de água da lagoa;

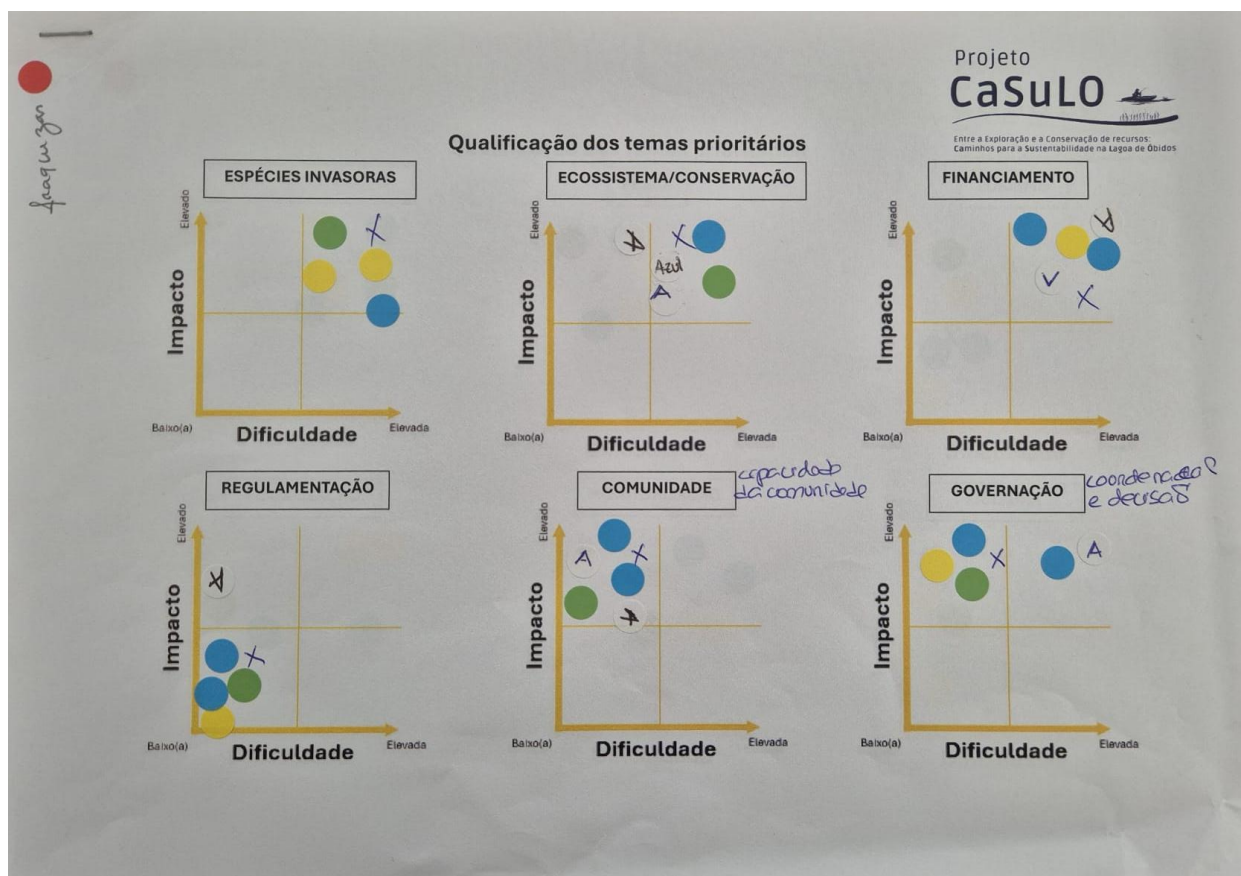
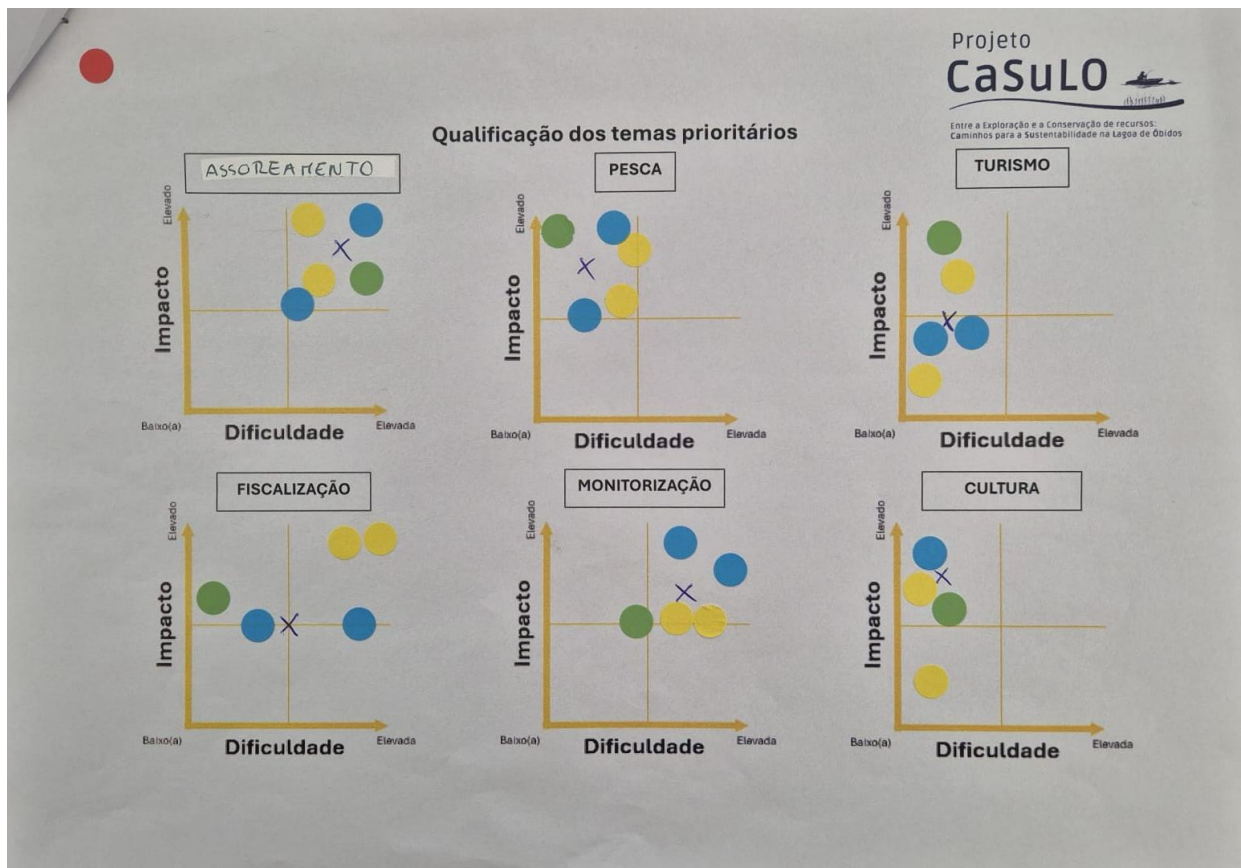
AMEAÇAS DA LAGOA DE ÓBIDOS:

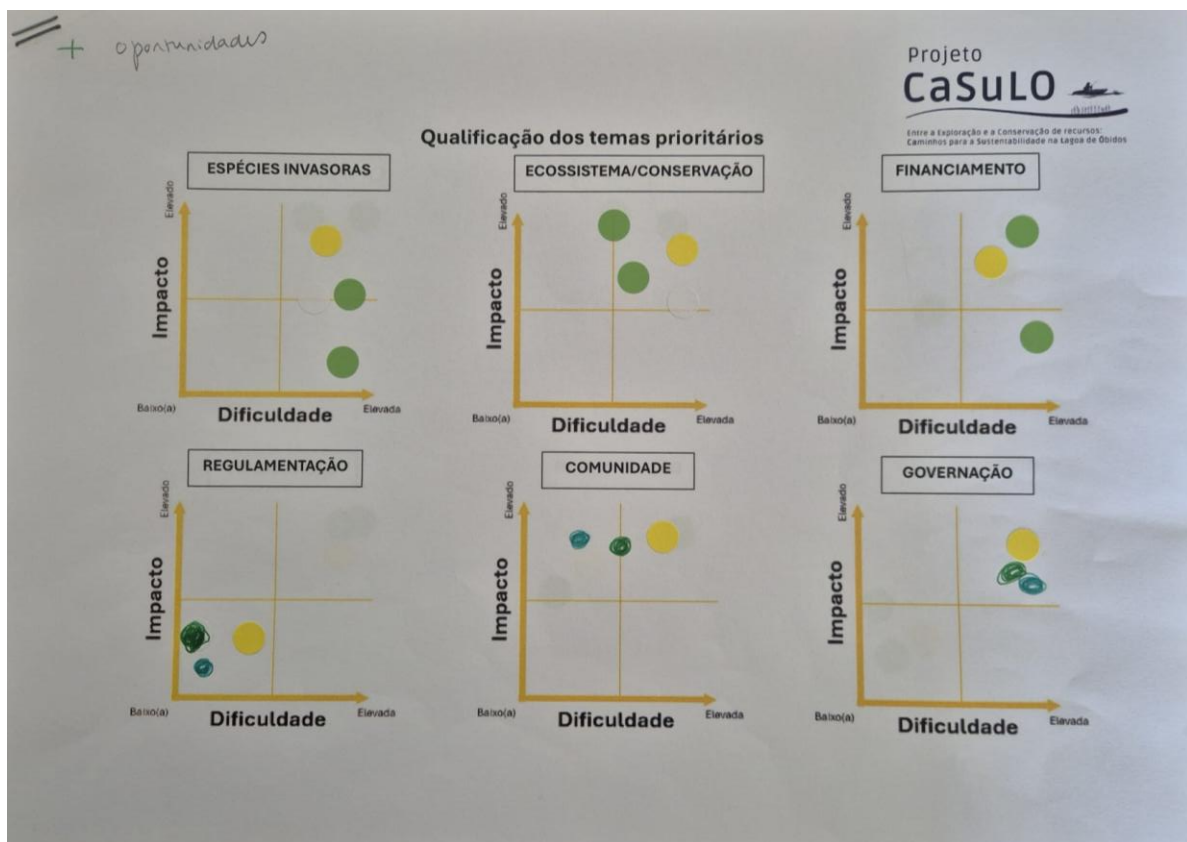
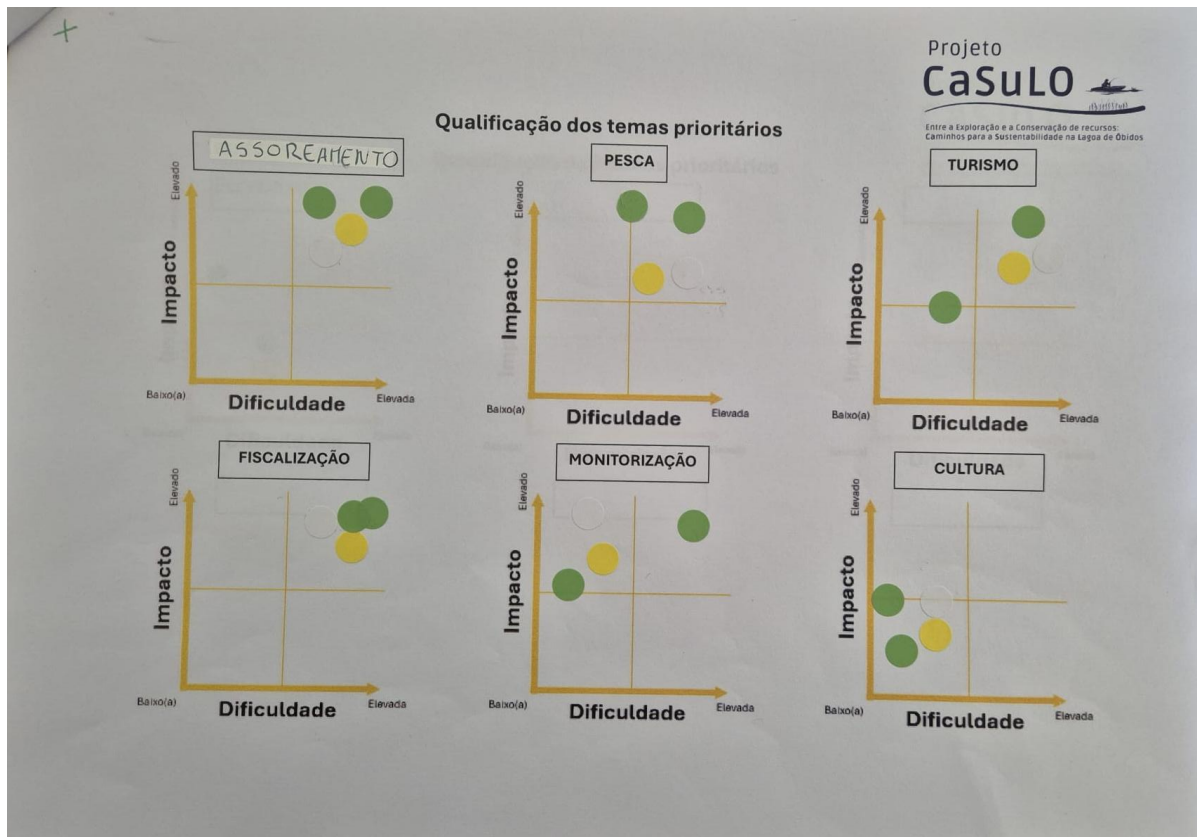
1. Falta de prioridade financeira do governo na manutenção da lagoa;
2. Falhas na implementação prática do regulamento de gestão, reduzindo eficácia das normas;
3. Incapacidade de diálogo entre atores relevantes em função do aumento de posições extremas;
4. Crescente pressão de espécies invasoras na lagoa que afetam o equilíbrio ecológico;
5. Desconfiança da população em relação ao envolvimento da comunidade científica e entidades externas na gestão da lagoa;
6. Impacto do aumento da salinidade por alterações hidrológicas e climáticas;
7. Risco de mudanças nas lideranças que quebram a confiança e dificultam o diálogo;
8. Apanha lúdica de bivalves sem controlo;

9. Intensificação dos eventos climáticos extremos (tempestades, chuvas intensas, secas, sismos, tsunamis, ondas de calor e subida do nível do mar), agravando vulnerabilidades naturais da lagoa;
10. Aceleração dos processos de transformação da paisagem e usos do solo na bacia hidrográfica;
11. Gentrificação (substituição de população residente permanente por temporária) e perda de identidade cultural devido ao turismo de massas;
12. Mudanças geopolíticas globais afetam prioridades locais;

Anexo II – Qualificação dos temas/áreas de intervenção por grupo/ator







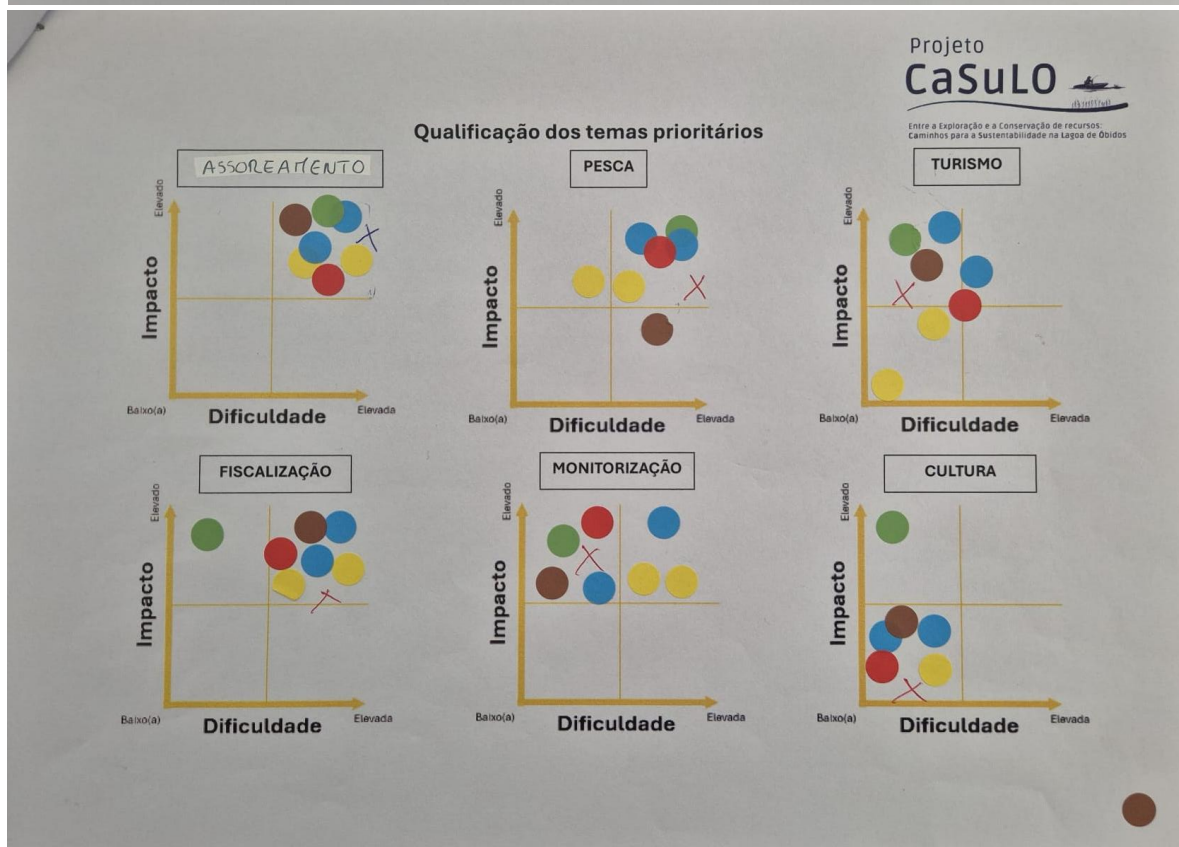
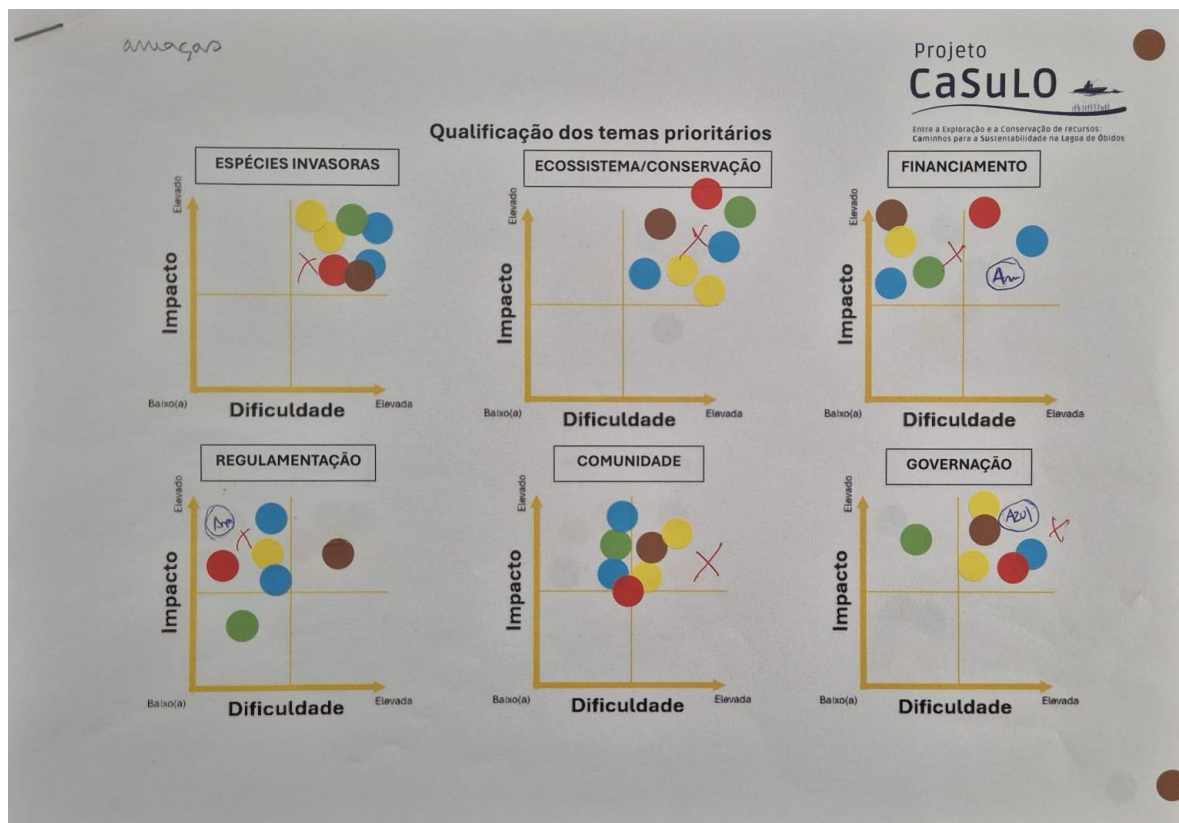


Tabela II.1 – Quantificação da qualificação dos temas na grelha de Impacto/Dificuldade por ator-chave participante, considerando-se as seguintes categorias: Elevado(a) - posicionamento nos quadrantes superiores no caso do Impacto e à direita no caso da Dificuldade; Baixo(a) - posicionamento nos quadrantes inferiores no caso do Impacto e à esquerda no caso da Dificuldade; Média – posicionamento nas linhas divisórias dos quadrantes.

	Impacto/dificuldade - Assoreamento								
Sector	Elevado/ elevada	Elevado/ média	Elevado/ baixa	Médio/ elevada	Médio/ média	Médio/ baixa	Baixo/ elevada	Baixo/ média	Baixo/ baixa
Administração	7								
Empresas	1								
ONGs	4				1				
Investigação	6								
Comunidade pesqueira	1								
Particular	1								
Total	20	0	0	0	1	0	0	0	0

	Impacto/dificuldade - Pesca								
Sector	Elevado/ elevada	Elevado/ média	Elevado/ baixa	Médio/ elevada	Médio/ média	Médio/ baixa	Baixo/ elevada	Baixo/ média	Baixo/ baixa
Administração	3	1	3						
Empresas	1								
ONGs	3		1			1			
Investigação	1	1	1				1		1
Comunidade pesqueira	1								
Particular				1					
Total	9	2	5	1	0	1	1	0	1

	Impacto/dificuldade - Turismo								
Sector	Elevado/ elevada	Elevado/ média	Elevado/ baixa	Médio/ elevada	Médio/ média	Médio/ baixa	Baixo/ elevada	Baixo/ média	Baixo/ baixa
Administração	1		3						3
Empresas					1				
ONGs	1	2							2
Investigação	2		3			1			
Comunidade pesqueira	1								
Particular			1						
Total	5	2	7	0	1	1	0	0	5

	Impacto/dificuldade - Fiscalização								
Sector	Elevado/ elevada	Elevado/ média	Elevado/ baixa	Médio/ elevada	Médio/ média	Médio/ baixa	Baixo/ elevada	Baixo/ média	Baixo/ baixa
Administração	7								
Empresas		1							
ONGs	3			1		1			
Investigação	4		2						
Comunidade pesqueira	1								
Particular	1								
Total	16	1	2	1	0	1	0	0	0

	Impacto/dificuldade - Monitorização								
Sector	Elevado/ elevada	Elevado/ média	Elevado/ baixa	Médio/ elevada	Médio/ média	Médio/ baixa	Baixo/ elevada	Baixo/ média	Baixo/ baixa
Administração	2	1	2	2					
Empresas			1						
ONGs	3		2						
Investigação	1		3		1	1			
Comunidade pesqueira			1						
Particular			1						
Total	6	1	10	2	1	1	0	0	0

	Impacto/dificuldade - Cultura								
Sector	Elevado/ elevada	Elevado/ média	Elevado/ baixa	Médio/ elevada	Médio/ média	Médio/ baixa	Baixo/ elevada	Baixo/ média	Baixo/ baixa
Administração			3						4
Empresas									1
ONGs			2						2
Investigação			4			1			1
Comunidade pesqueira						1			
Particular									1
Total	0	0	9	0	0	2	0	0	9

	Impacto/dificuldade - Espécies Invasoras								
Sector	Elevado/ elevada	Elevado/ média	Elevado/ baixa	Médio/ elevada	Médio/ média	Médio/ baixa	Baixo/ elevada	Baixo/ média	Baixo/ baixa
Administração	7								
Empresas	1								
ONGs	3			1					
Investigação	4			1			1		
Comunidade pesqueira				1					
Particular	1								
Total	16	0	0	3	0	0	1	0	0

	Impacto/dificuldade abordagem do Ecossistema/Conservação								
Sector	Elevado/ elevada	Elevado/ média	Elevado/ baixa	Médio/ elevada	Médio/ média	Médio/ baixa	Baixo/ elevada	Baixo/ média	Baixo/ baixa
Administração	6	1							
Empresas	1								
ONGs	5								
Investigação	5	1							
Comunidade pesqueira				1					
Particular	1								
Total	18	2	0	1	0	0	0	0	0

	Impacto/dificuldade - Financiamento								
Sector	Elevado/ elevada	Elevado/ média	Elevado/ baixa	Médio/ elevada	Médio/ média	Médio/ baixa	Baixo/ elevada	Baixo/ média	Baixo/ baixa
Administração	5		2						
Empresas	1								
ONGs	4		1						
Investigação	3		2				1		
Comunidade pesqueira									
Particular			1						
Total	13	0	6	0	0	0	1	0	0

	Impacto/dificuldade - Regulamentação								
Sector	Elevado/ elevada	Elevado/ média	Elevado/ baixa	Médio/ elevada	Médio/ média	Médio/ baixa	Baixo/ elevada	Baixo/ média	Baixo/ baixa
Administração	1		5						1
Empresas			1						0
ONGs	2		1						2
Investigação			2						4
Comunidade pesqueira									
Particular	1								
Total	4	0	9	0	0	0	0	0	7

	Impacto/dificuldade - Comunidade								
Sector	Elevado/ elevada	Elevado/ média	Elevado/ baixa	Médio/ elevada	Médio/ média	Médio/ baixa	Baixo/ elevada	Baixo/ média	Baixo/ baixa
Administração	3		3						
Empresas					1				
ONGs		1	4						
Investigação	1		5						
Comunidade pesqueira									
Particular	1								
Total	5	1	12	0	1	1	0	0	0

	Impacto/dificuldade - Governação								
Sector	Elevado/ elevada	Elevado/ média	Elevado/ baixa	Médio/ elevada	Médio/ média	Médio/ baixa	Baixo/ elevada	Baixo/ média	Baixo/ baixa
Administração	4		3						
Empresas	1								
ONGs	3		2						
Investigação	2		4						
Comunidade pesqueira									
Particular	1								
Total	11	0	9	0	0	0	0	0	0